

MODELO DE AÇÃO COMUNITÁRIA¹

Nota Explicativa, por Eryl Euzébio dos Anjos

Atendendo ao gentil convite para se publicar material produzido, inédito e de interesse submeto o presente texto que é resultado da minha primeira experiência com pesquisa realizada no departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo².

Não me recordo do ano, mas sei que era no fim dos anos 70 quando eu, Jaime, Eugênia e Maria Helena, do departamento do Serviço Social reunimo-nos por alguns meses às tardes, para discutir a construção de um “modelo de ação comunitária”. A idéia era de que tal modelo pudesse subsidiar um diagnóstico social de dois bairros, na periferia de Vila Velha (Alecrim e Santa Rita de Cássia que se tornara um “lugar de toda a pobreza”³).

O modelo foi, como não poderia deixar de ser, instrumento de organização social para as lideranças dos bairros conhecerem sua realidade, tomar decisão na gestão de suas demandas de melhorias, avaliarem seus resultados e redirecionar o que fosse necessário. Estas atividades complementares do projeto que constituem o modelo serviriam para incentivar parcerias entre a Universidade e o Governo do Estado, que havia solicitado o estudo.

Não se pode deixar de registrar de nosso entusiasmo de pensar em conjunto e de modo criativo e livre sobre a articulação da pesquisa acadêmica com a prática social e em prol da promoção de mudanças, do ponto de vista dos sujeitos de pesquisa.

Este entusiasmo, porém, só foi melindrado quando tivemos que responder às acusações de “colegas” de estar utilizando do conhecimento para fins partidário (uma atitude que nos surpreendeu na época, mas que nunca mais deixou de ser uma surpresa, aos dias atuais).

¹ Este modelo foi elaborado por: ERLY EUZÉBIO DOS ANJOS; EUGÊNIA CÉLIA RAIZER; JAIME ROY DOXSEY e MARIA HELENA RAUTA RAMOS.

² Síntese dos resultados desta pesquisa foi publicada em: ANJOS, Eryl E. dos; DOXSEY, Jaime R.; PETRONETO, Ana S. "Diagnóstico sócio-econômico: etapas preliminares na recuperação social", **Revista Instituto Jones dos Souza Santos Neves**. Vitória, v.1, n.2, p.8-15, 1978.

³ Para fazer coro com o título do documentário “**Lugar de Toda Pobreza**” que mostrava a relação dos moradores do bairro de São Pedro com o lixão a céu aberto.

O fato é que a novidade de se produzir um texto em conjunto com professores de diferentes experiências e competências nos iniciou muito bem num mundo que ensaiava o que tanto se clama hoje: o da inter e transdisciplinaridade.

Por fim deve dizer que muitas das experiências com pesquisas e abordagens que adotei desde então, decorrem desta iniciativa de cooperação e de diálogo. O tema da ação comunitária continua relevante como meio de empoderamento e, sem dúvida, como saída viável para se enfrentar a complexidade de questões e problemas – como a violência urbana, o meio ambiente – que estão na ordem do dia⁴. A seguir apresento o texto, tal como ficou em sua forma final e quero agradecer aos colegas e co-autores pela chance deste encontro e rito de passagem para mim.

⁴ V. ANJOS, E. E. dos. Por uma ação comunitária sustentável. **Revista de História** (UFES), Vitória, ES, v. 15, n. 0, p. 191-218, 2003.

Modelo de Ação Comunitária

***Erly Euzébio dos Anjos; Eugênia Célia Raizer;
Jaime Roy Doxsey e Maria Helena Rauta Ramos***

A) UNIDADE LOCAL OU COMUNIDADE DE BASE

Unidade Local ou Comunidade de Base é entendida como aquela realidade humana, social e geográfica, delimitada e específica, dentro de uma totalidade social, na qual se deve o Processo de Ação Comunitária. O Bairro, por apresentar fácil delimitação e possuir uma teia de relações sociais mais ou menos definidas, é considerado a unidade local do Processo de Ação Comunitária. No bairro existem diversos grupos de vizinhança com características de grupo primário, mantendo relações de convivência e em alguns deles, de auxílio mútuo.

A individualidade coletiva do bairro tem suas características acrescidas às dos grupos vicinais que o compõem. Seus limites são político-administrativamente definidos, faz parte de um distrito, que por sua vez integra o Município. A delimitação do bairro como unidade local do Processo de Ação Comunitária, se reforça pela criação e uso de recursos e serviços sociais para atendimento das necessidades básicas de sua população.

Além de se apresentar como área delimitada e específica, o bairro oferece a possibilidade de um trabalho sobre uma realidade global. Está inserida dentro de uma cidade, esta cidade dentro de uma região, esta região dentro de um país, e finalmente este país faz parte de uma comunidade internacional. Todas estas comunidades, menores e maiores, são igualmente afetadas por um processo permanente de mudança, em algumas comunidades em ritmo mais acelerado.

O processo de Ação Comunitária pode envolver toda a população de um bairro ou mais especificamente um grupo representativo desta localidade. Este grupo representativo ou grupo comunitário representa o bairro do qual faz parte, isto é, está no lugar do bairro.

Um grupo comunitário, seja denominado Associação de Moradores, seja Sociedade de Amigos do Bairro, ou Movimento Comunitário ou outro, é constituído de pessoas do bairro, representativas, integrantes das diversas camadas sociais, políticas e religiosas, que sentem e compartilham igualmente aos demais habitantes, das necessidades e problemas de sua comunidade. Este Grupo representativo da unidade local funciona como associação de interesses comuns, buscando promover o desenvolvimento do bairro e de seus habitantes.

Alguns Grupos Comunitários, no desenrolar de suas atividades, muitas vezes se fecham em si mesmos, esquecendo que a sua existência e permanência só tem sentido na medida em que estejam abertos à comunidade de base, que a representem, e mobilizem a população para a busca de solução para os problemas e necessidades mais importantes.

Alguns critérios, se atendidos possivelmente darão certa garantia a essa representatividade do Grupo Comunitário. Considera-se representativo o grupo comunitário que seja formado por pessoas de sexo diferente; com idades diferentes (pessoas na faixa etária correspondente a jovens e adolescentes, e pessoas na faixa etária correspondente a adultos e anciãos); com religiões idênticas às existentes no bairro; pertencentes às diferentes classes sociais do bairro; integrantes ou simpatizantes com os diferentes partidos predominantes no bairro.

Para desencadear o Processo de Ação Comunitária, uma dada Comunidade de Base ressalta-se a necessidade ou importância, como fator essencial, da formação de um Grupo Comunitário.

B) RECURSOS

Uma das partes integrantes da Ação Comunitária são os recursos para o seu estabelecimento e sua manutenção como um processo dinâmico e financeiro e são oriundos de diversas fontes, a seguir discriminadas:

B.1 - RECURSOS INTERNOS À COMUNIDADE DE BASE

Por recursos internos são compreendidos aqueles existentes na unidade local e que podem ser catalisados e utilizados na Ação Comunitária. Alguns estão ainda em potencial, necessitam ser acionados e liberados em favor do Programa. Os recursos internos para este processamento são tão importantes que a sua utilização em grande escala nas atividades comunitária é indicador de um estágio elevado de otimização na Ação Comunitária. O aproveitamento e a valorização dos recursos internos à Comunidade de Base é o meio de envolvimento e motivação dos habitantes do bairro no processo de Ação Comunitária.

Os próprios habitantes do bairro se constituem em recursos humanos internos, eles podem ser utilizados em projetos e atividades comunitárias para reduzir o seu custo. Se o grupo comunitário da Unidade Local adotar como estratégia a valorização dos próprios moradores no desempenho de tarefas, auxiliam a estes a se desenvolver como pessoa adquirir maiores habilidades e capacidade para o enfrentamento de situações problemas. Os moradores têm sempre algumas habilidades para desempenho de funções que emergem no decorrer do Processo. Para algumas funções, torna-se necessário um treinamento específico para os moradores que forem envolvidos. Ao dar parte de seu tempo na execução de tarefa que levam a resolver um problema do bairro, o morador cresce e se desenvolve cada vez mais, contribuindo para o desenvolvimento do grupo comunitário, e melhoria de seu próprio bairro.

A utilização de recursos físicos internos ao bairro (como salões de igreja, salas de grupo escolar, terrenos baldios e campo de futebol) para projetos comunitários, faz nascer na comunidade um conhecimento maior do grupo comunitário, uma maior participação da própria comunidade de base no processo, e elevação do sentido de comunidade.

Determinados equipamentos do bairro têm parte de seu tempo ocioso ou são mal utilizados. Neste sentido o seu uso na Ação Comunitária valoriza o equipamento, além de envolver seus dirigentes no próprio Processo de Ação Comunitária.

Há recursos que não existem no bairro, estes podem ser providos pelo grupo comunitário, seja através de aquisição, seja através de construção em sistema de mutirão ou auto-ajuda, como por exemplo, a construção ou expansão do centro social para ser a sede física de Ação Comunitária.

Para desenvolver atividades na comunidade de base o grupo comunitário precisará usar necessariamente recursos financeiros.

A Ação Comunitária pressupõe a criação e utilização de recursos financeiros próprios, oriundos do bairro para implantação dos projetos e manutenção das atividades. Esses recursos financeiros próprios podem constituir-se de:

- Recursos financeiros criados por projetos comunitários como: taxa de prestação de serviços, festas, rifas, leilões, jantares e outros;
- Doações de particulares da comunidade. Pessoas com atividades comerciais ou de rendimentos mais elevados, em relação aos demais, que fazem contribuições para manutenção de projetos comunitários;
- Taxas pagas por grupos de associados do Movimento Comunitário;
- Doações de igrejas locais de parte das ofertas feitas por pessoas religiosas, para os projetos comunitários.

B.2 - RECURSOS EXTERNOS À COMUNIDADE DE BASE

Na Ação Comunitária os recursos externos são considerados complementares, uma vez que os recursos imprescindíveis são os internos ao bairro. No entanto resguardados o valor e a indispensabilidade dos recursos internos, os recursos externos quando existentes e bem utilizados aos componentes facilitadores do Processo de Ação Comunitária. O risco é a possibilidade de, quando mal utilizados, tornar a Ação Comunitária um processo alheio aos próprios moradores do bairro, desencadeado e controlado por entidades estranhas ao bairro. Ocorrendo isso, deixa de ser Ação Comunitária, para ser simplesmente a prestação de Serviços Sociais por uma entidade Social externa a comunidade de base.

Na maioria das vezes, algumas entidades colaboram com as comunidades oferecendo e mantendo recursos humanos, técnicos e para-técnicos requeridos para o desenvolvimento de atividades. Esse pessoal quando desconhece o processo de Ação Comunitária, muitas vezes, se torna em bloqueios ou impedimentos ao desencadeamento ou aceleração da Ação Comunitária. Outras entidades fornecem pessoal em regime de assessoria técnica, que presta orientação aos moradores do bairro quando solicitado.

Em Programas de Ação Comunitária podem ser utilizados equipamentos e materiais de entidades externas. Algumas dessas entidades possuem esses equipamentos para utilização, por empréstimo ou doação em programas dessa natureza.

Outras entidades têm em seu orçamento verba disponível para conceder a Unidades locais que tenham preenchidas certas condições, de acordo com seu critério de elegibilidade. De modo geral a fonte de recursos financeiros externos são os seguintes:

- Doações de particulares, auxílio financeiro dado por pessoas físicas e/ou jurídicas que não pertencem à comunidade local;
- Convênio com entidades públicas e particulares de bem-estar social que auxiliam financeiramente os movimentos comunitários para estes executarem projetos específicos de seu interesse;
- Subvenções e contribuições governamentais os órgãos públicos de âmbito municipal (Prefeitura e Câmara de vereadores) Estadual (Secretarias de Estado e Assembléia Legislativa), Federal (Ministérios da República dos Deputados e Senado) dispõem de verbas específicas para subvencionarem e auxiliarem financeiramente a manutenção de entidades e despesas de capital em projetos comunitários.

Assim, no que se referem a recursos, alguns critérios mínimos podem ser definidos para identificar as atividades desenvolvidas em um bairro que se constituem, possivelmente em Ação Comunitária:

- que haja a utilização de pessoas do bairro na execução de tarefas requeridas pelos projetos e atividades comunitárias;
- que algumas dessas pessoas estejam trabalhando em regime de voluntariado, isto é, sem remuneração financeira e sim solidária;
- que haja a utilização de locais, equipamentos e materiais do próprio bairro no desenvolvimento das atividades comunitárias;
- que o grupo comunitário esteja adquirindo e/ou construindo locais, equipamentos e materiais próprios;
- que as entidades comunitárias estejam sendo realizadas com recursos financeiros próprios, no sentido de tornar o programa cada vez mais auto-sustentável.

C) CONDIÇÕES FACILITADORAS

As condições que circundam e permeiam a Comunidade de Base, o bairro, podem ser categorizadas como facilitadoras ou como inibidoras do Processo de Ação Comunitária.

Por Condições Facilitadoras entende-se o conjunto de forças inteirantes, como, atitudes, valores, conhecimentos, ações, comportamentos, disposições, que, combinadas criam um ambiente que favorece ao Processo de Ação Comunitária. O Próprio processo de Ação Comunitária, quando implantado desencadeia a criação e o desenvolvimento dessas condições, quando inexistentes ou quando sejam constadas situações obstaculizadoras ou inibidoras. Nestes casos essas condições tornam-se objeto do Processo de Ação Comunitária e assim, podem ser consideradas como resultados desejados.

Especificamente conceituam-se como condições facilitadoras os aspectos e variáveis que podem influir nos programas de ação comunitária, mas que não estão diretamente ligadas ao mesmo processo.

Assim, podem ser considerados como condições facilitadoras:

- Apoio formal e integração das entidades convenientes ao grupo comunitário compreendendo: alocação de recursos humanos, físicos e financeiros; assessoramento técnico aos grupos e programações desenvolvidas;
- Solicitação das prioridades sentidas pela comunidade para o Programa de Trabalho do Município;
- Atendimento dessas prioridades;
- Manutenção de contatos com a população através dos grupos representativos, mediante audiência com os mesmos, visitas periódicas às comunidades;

- Acompanhamento dos projetos executados e planejados pelo Grupo Comunitário ou Movimento Comunitário;
- Reconhecimento de utilidade pública do Grupo Comunitário ou Movimento Comunitário não apenas o caráter legislativo, mas também o caráter consensual:
 - De direito, quando existe a promulgação de lei municipal estadual e federal que reconhecem o Movimento Comunitário como Entidade de utilidade pública;
 - De fato, quando a população local conhece a finalidade e as programações do Movimento Comunitário, participando das decisões utilizando-se devidamente do mesmo como recurso comunitário; e quando o Grupo Comunitário ou Movimento Comunitário é utilizado como meio de comunicação entre os organismos públicos, particulares e a população.
- Atuação política não partidária e consensual pelas autoridades, técnicos e entidades bem como a adoção de um modelo de liberação de potencialidades da comunidade de base, caracterizando-se por:
 - Certo grau de sistematicidade nos contatos;
 - Apoio técnico e financeiro na implantação do programa de desenvolvimento pelas comunidades;
 - Ausência de partidarismo nos contatos e no atendimento das comunidades;
 - Incentivo à criatividade, conscientização e capacitação no sentido da autodeterminação da comunidade de base;
- Características especiais comunidade de base que favorecem o sucesso do Movimento Comunitário, tais como:
 - No aspecto físico: facilidade de acesso aos locais das realizações comunitárias e certo grau de proximidade das habitações;
 - No aspecto histórico: ocorrência de fatos históricos na comunidade que propiciam a união da população, tradição cultural de vida em

agrupamentos com sentido de vizinhança e forma de surgimento do aglomerado populacional por processo natural ou planejamento através do sistema de ajuda mútua;

- No aspecto humano, as pessoas envolvidas diretamente no Grupo Comunitário, serem portadoras das seguintes características: interesse pelos problemas do bairro, gosto pelo trabalho em equipe, tempo para colaborar, responsabilidade pessoal e disposição para agir.

D) PROCESSO DE AÇÃO COMUNITÁRIA

A Ação Comunitária é o conjunto de ações ou atividades realizadas pela população em uma dada localidade, a Unidade Local, em prol da solução de problemas comuns. Quando diversos habitantes de um bairro resolvem tomar a iniciativa, ou são incentivadas a isso, de formar um Grupo Comunitário, Associação de Moradores ou outros, para juntos tentar resolver seus problemas comuns, começam a desencadear o Processo de Ação Comunitária.

Esse processo de Ação Comunitária se dá através sub-processos interdependentes e algumas vezes como concomitantes quando:

- a comunidade de base estuda seus próprios problemas está desenvolvendo o Sub-Processo Auto-Diagnóstico Comunitário;
- a comunidade de base fixa seus objetivos a alcançar face aos problemas estudados, estuda as possíveis alternativas – soluções e decide sobre as mais realizáveis, está desenvolvendo o sub-processo Tomada de Decisões Racionais;
- a Comunidade de Base se organiza em Grupo Comunitário e começa a agir sobre seus problemas, está desenvolvendo o sub-processo Ação Organizada, e;

- sucessivamente e periodicamente o Grupo Comunitário tenta analisar e refletir sobre as atividades desenvolvidas em termos de resultados alcançados, desenvolvendo a Auto-Avaliação Comunitária.

D.1 - AUTO-DIAGNÓSTICO COMUNITÁRIO

Quando há pessoas de um bairro interessadas em se constituir em Grupo Comunitário para se ajudar mutuamente no sentido de tentar resolver seus problemas comuns, o primeiro passo é conhecer esses próprios problemas e necessidades, identificando os mais importantes para numa etapa posterior fixar objetivos próprios a alcançar face aos problemas e perseguir no alcance desses objetivos. Essa primeira etapa ou Sub-Processo pode ser denominada de Auto-Diagnóstico Comunitário. Sem o Auto-Diagnóstico Comunitário é impossível ocorrer a Ação Comunitária, visto que essa se constitui no próprio agir da comunidade sobre problemas estudados e identificados como prioritários. O Auto-Diagnóstico Comunitário é considerado o próprio Núcleo da Ação Comunitária.

O primeiro passo para auto-direção do controle de sua Situação Social problema é o conhecimento e reflexão sobre seus problemas e necessidades.

Entende-se por Auto-Diagnóstico um dos sub-processos da Ação Comunitária desencadeado pelos próprios moradores de um bairro ou por um grupo representativo deste bairro, no sentido de conhecimento e reflexão sobre sua situação social problema. Significa o estudo feito pela população de uma dada localidade, sobre suas características, problemas, necessidades e potencialidades, e análise e interpretação dos problemas e suas causas em ordem de prioridade.

Assim, o Auto-Diagnóstico comporta estágios ou fases:

- o conhecimento das características e da Situação Social Problema; e;
- a reflexão sobre a situação Problema.

D. 1.1 – CONHECIMENTO DA SITUAÇÃO SOCIAL PROBLEMA

Para conhecimento dos problemas e necessidades mais importantes, os moradores do bairro podem fazer um arrolamento daqueles que a priori consideram mais significativos, e em seguida levantar os aspectos que julgar necessário para esclarecer melhor a Situação Social Problema.

Abaixo, segue um roteiro que pode orientar o levantamento de dados. O Grupo Comunitário pode estudar o aspecto que julgar necessário maiores conhecimentos, de acordo com os problemas que estiverem afetando mais seu bairro.

D. 1.1.1 – SITUAÇÃO FÍSICA

Em situação estão incluídas as informações relacionadas à localização do bairro (limites, se zona rural ou urbana); extensão aproximada da área; tipo de solo consequência das chuvas, sol ou vento.

D.1.1.2 - HISTÓRIA DA COMUNIDADE

A Comunidade ao estudar certos aspectos de sua história compreende que determinados eventos históricos podem ter propiciado a união ou desunião da população.

A análise histórica pode abranger os seguintes aspectos dependendo das características próprias da comunidade e do interesse dos moradores neste estudo:

- a época e circunstâncias de seu surgimento;
- seus primeiros habitantes e grupos posteriores, e sua procedência (zona rural, ou urbana);
- grupos que saíram da comunidade e as razões;
- períodos característicos de história da comunidade e fatos que marcaram cada período;
- família e/ou pessoas que exerceram influência na comunidade (vida religiosa, política educacional, saúde e outros); e;
- tradições e costumes da comunidade.

D.1.1. 3 – COMPOSIÇÃO E CARACTERÍSTICA DA POPULAÇÃO

a) Aspectos Gerais

Os moradores podem ter um conhecimento aproximado de quantos habitantes tem o bairro. Outros fatores de ordem demográfica podem ser também importantes para auto-diagnóstico comunitário, tais como: densidade da população, distribuição por idade e sexo, estado civil, filiação religiosa, natalidade, moralidade, migrações internas e externas, crescimento populacional, vida média e expectativa de vida, previsões de população futura.

Acredita-se que qualquer dos fatores acima descritos poderá ajudar na análise dos problemas, suas causas, necessidades e suas potencialidades. Entretanto a importância destes fatores depende da disponibilidade de dados, habilidade técnica de análise por parte dos líderes comunitários e da preponderância de um de seus fatores no contexto da situação social problemas dos moradores.

Da situação habitacional da população, alguns dados podem ser analisados pelos moradores, como: tipo de casa predominante segundo o material de construção; número de cômodos por número de habitantes, posse de casa, isto é, o número aproximado de casas próprias, alugadas ou cedidas; se a casa é individual ou dividida por diversas famílias; o grau de salubridade da casa; a existência de promiscuidade, bem como se existem pessoas vivendo em locais adaptados para moradia ou mesmo relento. A seleção da matéria a ser estudada depende das características do bairro. Os moradores poderão estudar a composição familiar, o controle de natalidade, problemas de desintegração familiar, abandono do menor, conflito de geração, prostituição e homossexualidade, delinqüência e as atitudes em relação à velhice.

b) Aspectos de Saúde, Higiene e Alimentação

As doenças predominantes na população se conhecidas pelos moradores que desejam fazer ação comunitária, podem ser diminuídas ou controladas. O Grupo Comunitário pode procurar conhecer os tipos de doenças que matam a população. Seja a infantil, seja a adulta.

O número de pessoas que morrem ao ano, especialmente o número de crianças; a existência de doentes mentais, viciados em drogas e alcoólatras; os hábitos higiênicos e alimentares da população, e outros aspectos que achar especiais.

c) Aspectos Educacional, Cultural e Recreativo

Estes aspectos são de vital importância para ação comunitária. Assim a população poderá dispor de dados possíveis de serem coletados nesta área, e que ajudarão na identificação de problemas, a saber:

- número de pessoas que sabem ler e escrever segundo o sexo e especialmente na faixa a partir de 15 anos de idade;
- número de pessoas na faixa a partir de 15 anos que não freqüenta a escola;
- número de crianças de 7 a 14 anos que não freqüenta a escola;
- grau de escolaridade da população (pessoas que se encontram no 1ª até a 8ª séries, em cursos técnicos e universitários);
- pessoas com atraso escolar;
- evasão escolar;
- grau de cultura geral da população quanto à leitura de jornais, artigos e colunas mais lidos, leitura de revistas, audiência ao rádio, idas ao cinema e teatro, gosto pela música, existência de coral e conjunto musical;
- grau de informação que a população tem sobre o que ocorre no seu município, Estado, região e mesmo internacionalmente;
- grau de conhecimento sobre educação sanitária (verminose, higiene infantil, vacinação, puericultura, profilaxia das doenças transmissíveis, primeiros socorros);
- grau de conhecimentos relativos à vida sexual;
- grau de religiosidade da população do bairro (tipos de crenças e superstições que dificultam o progresso individual e da comunidade; existência de espírito ecumênico ou de possíveis conflitos por diferenças de crenças; ausência de religiosidade);
- utilização dos livros de lazer da população (principalmente festividades, diversos – baile, futebol, praia, jogos de salão, freqüência a bar e praças).

d) Aspecto Econômico

Neste aspecto podem ser estudados pela comunidade alguns fatores que possivelmente seja a origem dos maiores problemas do bairro, tais como:

- desemprego e subemprego;
- população empregada na agricultura, indústria, comércio e serviços;
- desigualdade das rendas da população;
- falta de poder aquisitivo para adquirir o mínimo necessário a sobrevivência;
- falta de capacidade de poupança; e;
- entrada e saída da população do bairro a procura de emprego.

e) Aspecto de Participação Política e Relações Sociais e Comunitárias.

No Aspecto Participação Política e Relações Sociais e Comunitárias estão agrupados dados que possivelmente deverão merecer destaque nesta fase de auto-diagnóstico comunitário, uma vez que se refere a aspectos do relacionamento entre as pessoas do bairro, bem como vinculações que os moradores têm com os partidos políticos.

Na Participação Política podem ser estudados:

- a participação dos moradores no processo político e a representação dos moradores nos partidos políticos (no. de representantes políticos que residem no bairro e respectivo partido, partido mais forte no bairro, moradores participantes de diretório);
- a representação dos partidos políticos no M.C. (existência de pessoas dos diferentes partidos políticos membros da diretoria);
- uso e manipulação do M.C. pelos partidos políticos (apoio dos políticos à iniciativa comunitária em qualquer época ou apenas em campanhas eleitorais);

- grau de satisfação dos moradores com relação à Administração Pública, seja em âmbito municipal, estadual ou federal;
- problemas de desníveis sociais;
- grau de cooperação entre vizinhança e moradores em geral;
- processos de auto-ajuda utilizados pela comunidade;
- grau de participação dos moradores em associações;
- quadro de liderança atuante na comunidade;
- habilidade na técnica de liderança comunitária;
- representatividade dos moradores no M.C.;
- conhecimentos específicos sobre Ação Comunitária; e;
- atitudes da população com relação ao processo de Ação Comunitária.

D.1.1.4 - EQUIPAMENTO COMUNITÁRIO URBANO

Por Equipamento Comunitário Urbano entende-se o conjunto de condições básicas numa dada localidade. Muitas vezes essas condições são inexistentes ou deficitárias, trazendo o surgimento de problemas sérios para a população ali residente. Essas condições básicas, ao serem estudadas pelos moradores, auxiliam no encontro das possíveis causas de problemas existentes na população:

a) infra-estrutura física

Sob o título de infra-estrutura física são englobados e estudados todos os aspectos físicos do bairro que podem ser melhorados mediante Ação Comunitária:

- as condições das ruas e estradas;
- limpeza pública do bairro (limpeza das ruas públicas e recolhimento dos lixos das casas ou outro tipo de tratamento dado ao lixo);
- escoamento dos dejetos do esgoto, fossas;

- iluminação (pública e doméstica);
- telefone público;
- sistema de transporte (linhas de ônibus, regularidade no atendimento, ruas que trafegam);
- rede de água (instalação de rede nas ruas, ligação nas casas e/ou existência de chafariz público); e;
- áreas recreativas (parques, praças, áreas verdes, áreas livres).

b) Infra-Estrutura Social

Sob o título infra-estrutura social podem ser englobados e estudados o conjunto de serviços sociais que tem em vista atender às necessidades da população.

- existência de escolas de 1o grau e no de vagas e adequação às necessidades e funcionamento das escolas;
- cursos de alfabetização de adultos, no de vagas e de adequação às necessidades;
- existência de postos de saúde, ambulatórios médicos e de dentistas e funcionamento dos mesmos;
- igrejas e casas de cultos existentes;
- existência de associações no bairro (de moradores ou M.C., esportistas, clubes sociais, religiosos, grupos de mães e de jovens, e outros e seu funcionamento);
- entidades sociais e serviços (delegacia de polícia, posto policial, centro social, SESI, LBA, FESBEM, cartórios, coletoria ou agência da Secretaria da Fazenda).

c) Equipamento de Comércio e Indústria

Neste item estão agrupados os aspectos comunitários relativos à natureza e a importância das atividades comerciais e industriais da população local. Estes aspectos, se estudados classificará possivelmente os problemas comunitários em:

- tipo de comércio e indústria existentes;
- grau de desenvolvimentos dos mesmos;
- proporção da população do bairro empregada e as respectivas categorias;
- tipos de serviços prestados à população;
- influência econômica e política no Município Estado e País;
- efeitos ecológicos (ambiental e humano) no bem estar da comunidade; e;

Serviços sociais prestados pelas indústrias situadas no bairro.

D 1.2 – REFLEXÃO SOBRE A SITUAÇÃO SOCIAL PROBLEMA

O levantamento ou simplesmente o estudo dos problemas e necessidades principais da população do bairro, não é suficiente para se dizer que a comunidade fez o seu auto-diagnóstico, ou para dizer que a comunidade conhece os seus problemas e está em condições de desenvolver atividades para resolvê-los. É bem verdade que enquanto os moradores estudam os seus problemas, ela pode realizar alguns projetos de natureza simples como meio de motivação da comunidade para participar do próprio auto-diagnóstico e para se envolver no processo.

A análise dos problemas com a identificação das causas é o segundo estágio do auto-diagnóstico. Após o estudo dos problemas que consideram mais importantes, ou de todos os aspectos da vida comunitária, os moradores poderão refletir sobre os dados colhidos. Os membros do Movimento Comunitário poderão agrupar os dados coletados segundo o aspecto ou ao problema a que se referem, na tentativa de descobrir as possíveis causas da Situação problema.

Alguns problemas são causas e conseqüências de outros. Para descobrir as causas dos problemas, os comunitários poderão relacionar aspectos com aspectos, problema com problema, analisando essa inter-relação. Analisar os dados é buscar a inter-relação existente entre os mesmos a ligação que os problemas e os aspectos têm uns com os outros. Nessa tentativa de identificar essa rede de inter-relação, pode ser verificado quando os problemas estão causando outros. Essa rede de inter-relações é que deve ser descoberta pelo grupo comunitário na etapa de auto-diagnóstico. A unidade local só poderá trabalhar satisfatoriamente sobre determinados problemas quando descobre as causas, e através desta descoberta, os moradores envolvidos no estudo dos problemas crescem, conscientizam-se. E desta forma um dos objetivos de Ação Comunitária está sendo atingindo no momento que os moradores se unem para estudar e refletir sobre seus problemas.

Após a análise dos problemas, isto é, da descoberta de rede de ligações que os problemas têm uns com outros, o grupo comunitário necessita conhecer o sentido, a significação que esses problemas têm para os demais moradores.

Para descobrir a significação que os problemas em para os moradores do bairro, o grupo comunitário através de reuniões grandes ou de enquetes de casa em casa, sonda a opinião de todos. Essas opiniões são levadas em consideração pelo Grupo Comunitário. É um indicador da importância do problema para a comunidade.

Tendo analisado as causa dos problemas e descoberto a rede ligações mantida entre os mesmos o grupo comunitário facilmente identifica aqueles mais importantes e aqueles que se colocam numa perspectiva de prioridade para a ação do Movimento Comunitário. Um dos critérios para a constatação de importância dos problemas é descobrir na rede de inter-relações dos problemas qual é a causa de um e de outro. Isso leva o grupo comunitário a descobrir o peso de cada um deles. Que causa o segundo da lista e assim por

diante, sendo que o último será a consequência quase que dos demais. Encontrando essa ordem nos problemas, estão hierarquizados os problemas, e de certa maneira relacionados os problemas prioritários.

Outro critério para identificar o problema mais importante é aquele já citado acima, ouvir a comunidade toda através de sondagem de opinião. Algumas vezes esses critérios identificam o mesmo problema. No caso de a comunidade optar por outro, é importante atacar este outro. O problema ser objeto da ação Comunitária é aquele que oferece mais possibilidade de unir os moradores na busca soluções. Gradativamente o Grupo Comunitário e os moradores em geral vão se conscientizando de seus problemas principais e se capacitando para a solução dos mesmos.

Os problemas prioritários a serem atacados pela comunidade de base são os que mais causam a situação social problema e os que têm mais significação para a comunidade e aqueles que têm possivelmente probabilidade de envolver um maior número de moradores na busca de soluções para seus problemas comuns.

O Auto-Diagnóstico pode iniciar o Processo de Ação Comunitária, mas acompanhar o mesmo, em todas as demais etapas.

D. 2 - TOMADA DE DECISÕES RACIONAIS

Após o estudo e reflexão sobre os problemas e necessidades mais importantes, o grupo comunitário procurará decidir de maneira o mais racional possível quais serão seus próximos passos no Processo de Ação Comunitária. Naturalmente que o Auto-Diagnóstico auxilia o grupo comunitário a definir o problema que requer uma solução mais urgente e aquele que quando solucionado facilite a solução de outros.

Os problemas a serem enfrentados foram identificados e relacionados. A etapa seguinte é a tomada de decisão quanto aos objetivos a serem perseguidos e às alternativas a serem adotadas para a solução da situação social problema.

D. 2.1 - Definição de objetivos Específicos pela Comunidade de Base

A primeira fase da Tomada de Decisões Racionais é a fixação de objetivos em face da situação social problema. Fundamentado nos problemas e necessidades estudados, o Movimento Comunitário ou Grupo Comunitário define objetivos específicos, ou seja, com base na indicação de prioridades e grau de importância dos problemas da comunidade, define aquele que deve ser enfrentado primeiramente, relaciona o que é necessário fazer deste problema selecionado, estabelece o que fazer dentro de um prazo determinado. Definida esta meta ou objetivo a mesma deve ser escrita e relacionada para servir como guia de atuação do grupo comunitário e posteriormente como meio de avaliação, bem como para verificar na comunidade de base, se é aquilo que responde às necessidades sentidas pela comunidade.

Para cada problema e necessidade o grupo comunitário com suas próprias palavras define objetivos específicos a serem alcançados. Esses objetivos especificados, de maneira escrita, devem ser entendidos por todos os

integrantes do M.C., como aquilo que o M.C., pretende fazer num determinado prazo.

D. 2.2 - Definição e seleção de alternativas

Considerando cada objetivo fixado a Comunidade de Base, através de comissões ou grupos de trabalho, estuda as possíveis maneiras de alcançar seus objetivos, tendo em vista resolver seus problemas e necessidades mais importantes. Essa maneira ou alternativa para atingir um objetivo são os possíveis projetos e atividades realizáveis para serem executados pela comunidade. Junto com este estudo das possíveis alternativas para atingir cada objetivo, os grupos de trabalho arrolam também os recursos existentes e os necessários para a execução de cada alternativa. Devem ser analisadas em cada alternativa as condições facilitadoras e inibidoras existente. São também previstos os resultados desejados e possíveis para cada alternativa, e o tempo necessário para a sua execução.

A partir desse quadro, o Grupo Comunitário pode decidir sobre qual a alternativa mais adequada para ser adotada. O grupo comunitário, antes de selecionar as alternativas analisa todo o quadro, procurando responder algumas questões:

- qual a mais praticável, isto é, quais as que apresentam as melhores condições de ser executada? (Esta resposta é dada em razão da disponibilidade de recursos humanos, materiais e financeiros e das condições facilitadoras e inibidoras existentes);

- qual que possui o menor grau de complexidade e que está a altura do Grupo Comunitário realizar? (Os primeiros projetos devem ser simples para poderem ser executados pela comunidade de base, através de pequenas realizações aumenta o interesse da população pela ação comunitária e cresce a sua capacidade para enfrentamento de seus próprios problemas, assumindo, eles mesmos, a direção do processo de Ação Comunitária);

- qual que oferece maiores resultados diante do problema a que se propõe resolver e quais as que atingem mais os objetivos propostos?
- qual que é mais aceito e compreendido pela comunidade de base e oferece conseqüentemente maiores possibilidades de engajamento da população no processo de Ação Comunitária?
- qual que pode ser executado no menor prazo de tempo ou que tem o prazo de execução mais compatível com o amadurecimento da comunidade de base?

Analisadas as alternativas possíveis, a seleção deve recair sobre aquela atividade ou projeto que o Grupo Comunitário der mais pontos com base nas repostas das questões.

Às vezes o Grupo Comunitário resolve desenvolver um projeto relativamente de longa duração. Neste caso, é importante, para manter a motivação e o interesse dos moradores, realizar concomitantemente pequenos projetos e atividades de curta duração e resultados facilmente visíveis.

D. 3 - AÇÃO ORGANIZADA

Desde o primeiro momento que alguém da Comunidade de Base toma a iniciativa no sentido de procurar outros moradores de seu bairro para transmitir-lhes suas idéias de realiza um trabalho conjunto e trazer melhorias comuns, a Ação Comunitária está sendo iniciada. Esse grupo de moradores estuda seus problemas, reflete sobre os mesmos, fixa objetivos e seleciona alternativas a realizar. Desencadeiam um processo racional. Este processo ao se realizado desencadeia eventos. Para que os objetivos fixados sejam alcançados com maior rentabilidade e mais dinamismo, a ação comunitária vem acompanhada de certo grau de organização. A organização do trabalho além de torná-lo mais rentável, atingindo mais facilmente os objetivos, une melhor o esforço de todos e evita desperdício e esforços inúteis.

Organizar é colocar em ordem as idéias, é ter claro o fim que se pretende alcançar; é prever o que se quer fazer, e quando se vai fazer, e como se vai fazer e quem vai fazer, para que o grupo comunitário atinja os objetivos estabelecidos, diminuindo e resolvendo seus problemas comuns. A organização cria a base para o trabalho.

Ação organizada supõe um agir planejado por parte dos grupos comunitários representativos. Antes da execução de qualquer atividade ou projeto, o grupo comunitário precisa se ater a seu planejamento. Esse planejamento é baseado nos objetivos fixados e nos problemas e necessidades identificados pela própria comunidade.

Sendo a Ação Comunitária um processo multi-setorial, a comunidade deverá atingir através de seus programas os diversos aspectos da vida comunal, ou seja, aqueles aspectos que os moradores considerem necessário atacar, devido à existência de problemas:

- aspectos de Saúde Higiene e Alimentação;
- aspectos Educacional, cultural e Recreativo;
- aspectos Econômicos;
- aspectos de Representação Política, Relações Sociais e Comunitárias;
- equipamento Comunitário Urbano.

Os próprios grupos da comunidade que estudaram os problemas fixaram os objetivos, poderão programar os projetos ou atividades correlacionadas aos mesmos.

O Planejamento comporta:

- a definição de resultados observáveis para cada projeto e atividade;
- a previsão do tempo para alcançar os resultados pretendidos; e;

- a previsão do número de pessoas que serão atingidas diretamente pelos projetos e atividades;
- a caracterização dessas pessoas que serão atingidas, para que o projeto ou atividade seja específico para essa clientela;
- detalhamento de todas as operações necessárias à execução de cada projeto e atividade;
- previsão de recursos humanos, materiais e financeiros da comunidade que serão utilizados em cada projeto e atividade;
- previsão de recursos humanos, materiais e financeiros que a comunidade não dispõe e das fontes possíveis onde estes recursos serão recrutados ou solicitados.

O programa que o Grupo Comunitário se propõe a realizar terá mais êxito em termos de Ação Comunitária, isto corresponde mais à Ação Comunitária se for uma resposta aos interesses e anseios de população do bairro; tiver a colaboração e o apoio de um maior número desses moradores, tiver um prazo estabelecido para iniciar, ser desenvolvido e ser concluído; estiver dentro das possibilidades do próprio bairro, em termos de recursos, e ter objetivos concretos a serem alcançados. Este programa de trabalho pode ser escrito por membros do próprio grupo comunitário para servir de guia da Ação Comunitária, durante um prazo determinado pelo mesmo. Pode ser visualizado de um Calendário de Atividades ou Cronograma de Trabalho.

Algumas vezes os grupos comunitários fazem planos e aos mal sucedidos porque esquecem que a Ação Comunitária é uma ação coletiva dos moradores do bairro voltado para esse próprio bairro, e comandada pelos seus moradores. A motivação assegura, de certo modo, a participação dos moradores nas decisões e realizações.

A Ação Organizada supõe a motivação da comunidade para se engajar no trabalho. Desde a primeira etapa da Ação Comunitária os iniciadores devem se preocupar em motivar a população para participar:

- indicando problemas;
- definindo objetivos, expectativas e interesses;
- desempenhando tarefas e responsabilidade;
- como beneficiários dos programas.

A comunidade motivada e consciente tende a participar voluntariamente. A motivação significa divulgação. Existem alguns meios tradicionais de divulgação como TV, rádio e jornal. Esses recursos podem ser utilizados. Há outros meio de divulgação que atinge mais os propósitos da Ação Comunitária: os cartazes, os quadros, os serviços de auto-falante, os jornaizinhos, as fotografias de realizações comunitárias, filmes referentes a projetos comunitários, jornal mural, reuniões, encontros e outros.

As próprias atividades do movimento comunitário, se realizados com êxito se constituem em estímulo para o próprio trabalho. Quanto maior for número de pessoas envolvidas nas programações, mais pessoas estarão divulgando este trabalho e convidando outros a participar.

Um dos meios possíveis de motivação é o treinamento. O Treinamento de liderança comunitária para Ação Comunitária é o treinamento responsável para a execução de tarefas específicas dos projetos e atividades comunitárias. Um dos treinamentos mais importantes para a ação Comunitária é o treinamento na área de comunicação, pois este visa:

- compartilhar experiências;
- desenvolver conhecimentos necessários para atuar como sujeitos de processo de Ação Comunitária;

- desenvolver novas atitudes e valores de cooperação, ajuda mútua e outras, por meio de dinâmica de grupo e relações humanas.

A finalidade dessas sessões de treinamento é capacitar os líderes de grupos comunitários para atuar e agir na comunidade aplicando essas mesmas técnicas.

Pessoas que sabem se comunicar, líderes capacitados que não impõem suas idéias, mas procuram desenvolver essas mesmas atitudes na população, constituem-se na própria motivação da Ação Comunitária.

A falta de sucesso da Ação Comunitária quase sempre se encontra na pequena ou quase nenhuma motivação da população para participar da Ação Comunitária. Essa motivação deve ser estendida para toda a população; Compreende além do treinamento, divulgação das principais realizações do Grupo Comunitário, de suas finalidades dos seus projetos, dos resultados de seu trabalho. Antes da execução de cada projeto ou atividade deve ser previsto como será feita a motivação da comunidade para obter a sua participação e se há necessidade de treinamento específico para o pessoal responsável, é necessário treiná-lo antes da execução. Um pessoal mal treinado, desconhecendo as atribuições que vai desempenhar, desanima-se facilmente, concorrendo para o insucesso da realização. Sem motivação a população não se mobiliza, não participa.

A reunião, além de ser instrumento de motivação, é a maneira pela qual se desenvolve e se dinamiza o processo de Ação Comunitária.

Os encontros freqüentes dos membros do Grupo Comunitário, e com toda a população do bairro são exigência da Ação Comunitária.

Através de reunião os problemas e necessidades da comunidade são identificados, os objetivos são traçados, a promoção é elaboração, as tarefas são divididas, o trabalho é realizado e avaliado.

A realização de reuniões é imprescindível para o trabalho comunitário. Algumas orientações podem tornar uma reunião melhor sucedida quanto ao seu processo e aos seus resultados. Naturalmente que há flexibilidade para segui-las, de acordo com a natureza, número de participantes e objetivos da reunião:

- realização regular, isto é, em períodos certos e em dias e horas previamente fixadas;
- realização extraordinária na ocorrência de algum fato especial;
- conhecimento prévio por parte de todos os membros de qualquer alteração que haja no dia, local e horário;
- preparação com antecedência, isto é, todo o material necessário deve estar à disposição dos membros antes da reunião;
- conhecimento prévio da agenda de reunião por parte dos membros do grupo e possibilidade de modificação se for de interesse do grupo, como substituição, cancelamento ou introdução de algum assunto, e informações claras;
- distribuição de funções (pessoas específicas para fazerem tarefas como: Ata, controle de horário, recepção das pessoas que chegam, exposições dos assuntos, avaliação do trabalho e coordenador);
- realização em local adequado, de preferência neutro quanto à religião, partido político, ou outro aspecto, a fim de todos os membros se sentam à vontade para comparecer, sem constrangimento;
- limite de duração e pontualidade, as reuniões muito grandes, começando fora de hora dão a sensação de perda de tempo;
- obediência à ordem do dia, após a sua elaboração e aprovação pelos membros do grupo;
- possibilidade de todos os membros participarem igualmente da discussão, dos debates, das decisões e responsabilidades;

- avaliação final com resumo dos assuntos tratados, reclusões, problemas pendentes, providências necessárias. O processo utilizado no decorrer da reunião deve ser também avaliado, isto é, o modo como ocorreram os trabalhos, os debates, a participação dos membros. Esta avaliação ajuda a obter um maior rendimento nas próximas reuniões.

A Ação Comunitária por sua natureza é um trabalho realizado em equipe. Para que haja trabalho em equipe, algumas condições são necessárias:

- em primeiro lugar, deve existir a disposição para um trabalho em conjunto;
- em segundo lugar, o Grupo Comunitário precisa saber dividir essas tarefas em conjunto e saber decidir em conjunto.

O Grupo Comunitário é aquele que Além de executar tarefas para melhoria da comunidade, se seus membros têm funções claramente definidas e suas ações são decididas conjuntamente.

Na fase inicial de trabalho o grupo comunitário procura pautar o seu procedimento dentro dessas orientações. Os iniciadores sentem desde o início que precisam envolver outros moradores. De acordo com o número de pessoas interessadas e motivadas para assumir o trabalho comunitário, pode-se criar Comissões ou Grupo de Trabalho, seja para estudar aspectos da realidade do bairro, seja para tomar algumas providências relativas a um problema identificado, ou avaliação de resultados.

Algumas comissões ou grupos de trabalho têm uma duração maior chegando a quase um regime permanente. Outros são de curta duração. São sempre de caráter informal, podendo permitir a entrada e saída de membros para as quais foram criadas. Esses grupos embora não tenham composição rígida, necessitam de um mínimo de organização interna e de estabilidade para melhor funcionamento e êxito. Esses grupos podem escolher um de seus

membros para coordenador dos seus trabalhos e outro para relator ou secretário.

Quando há mais de um grupo de trabalho surge a necessidade de um coordenador geral do trabalho, para evitar dispersão, dualidade de esforços perda da unidade de trabalho e possivelmente desvio dos objetivos fixados. Assim, pode ser criado um inter-grupo, composto pelos coordenadores dos Grupos de Trabalho. Essa coordenação geral quando criada e em funcionamento é o ponto de união entre os diversos grupos e tarefas desenvolvidas.

Quando a Ação Comunitária se torna mais consistente e forte com um considerável número da população do bairro engajados nos projetos, os grupos comunitários sentem a necessidade de elaborar estatutos, registrar-se como personalidade jurídica, eleger diretoria e conselho fiscal e fazer Assembléia Geral. A estrutura mínima de um Movimento Comunitário ou Associação dos Moradores pode ser:

- Assembléia Geral;
- Diretoria;
- Conselho Fiscal; e;
- Grupos de Trabalho.

Quando o Movimento Comunitário possui diretoria organizada, a Coordenação Geral é feita por esta diretoria, integrada pelos coordenadores dos grupos de trabalho. A população do bairro deve estar representada nesses grupos: seus diferentes credos religiosos, grupos políticos, partidários, classes sociais e setores residenciais.

Para funcionamento rentável de todos esses grupos e subgrupos na Ação Comunitária, a manutenção de documentação atualizada, torna-se quase uma

exigência. A Ata das reuniões garante a seqüência dos trabalhos e possibilita maior controle das atividades.

Além do livro das Atas, outra documentação importante é o de Tesouraria. O movimento financeiro de todos os grupos de trabalho deve ser controlado e fiscalizado pelo Conselho fiscal. O Movimento Comunitário deve zelar para manter em ordem o seu sistema financeiro, com o controle de todas as entradas, saídas e as devidas prestações das contas.

Quando o Movimento Comunitário está no nível elevado de organização, mantém atualizado um cadastro de seus associados, com o relato e ficha de todas as ocorrências importantes na sua vida comunitária: cargos que ocupam, grupo de que participam, além dos dados de identificação. Alguns Movimentos Comunitários mantêm um grupo de associados integrantes da própria população do bairro. São considerados como pessoas mais diretamente ligadas ao Movimento Comunitário; pagam uma taxa e mantêm certos privilégios em relação aos demais. Caso seja adotado este critério, as taxas devem ser ao nível das possibilidades de pagamento das pessoas de menor poder aquisitivo do bairro, ou de acordo com sua posse, para não limitar a apenas um grupo da comunidade.

A comunidade através de participação nas assembléias deve tomar conhecimento do uso dessa entrada e bem como de outras entradas e saídas de dinheiro.

As Entidades com as quais o Movimento Comunitário ou Associação de Moradores mantêm convênio exigem do mesmo certa documentação. Essas documentações, planos, relatórios e prestações de conta, devem ser enviados no tempo exigido para que o Movimento Comunitário ou Associação dos Moradores tenha cada vez mais crédito e reconhecimento por parte dessas entidades.

Ao final de cada ano, cada grupo pode fazer um relatório de suas atividades e encaminhá-lo à Diretoria, para que este possa fazer um relatório geral das atividades no decorrer daquele ano.

Além dos relatórios, cada grupo no início de cada ano pode fazer o seu plano de trabalho e encaminhar a Diretoria e este por sua vez terá condições de fazer um plano de trabalho anual para o Movimento Comunitário ou Associação dos Moradores.

D. 4 – AUTO-AVALIAÇÃO COMUNITÁRIA

Na Ação Comunitária para que seja garantida a condição, mínima de sucesso, é necessário que periodicamente seja avaliado o que está sendo feito e avaliado o que já foi realizado. Se o trabalho Comunitário é analisado continuamente, a possibilidade de seu insucesso é provavelmente bem menor.

A auto-avaliação comunitária significa o esforço despendido pela comunidade no sentido de proceder a um exame permanente e sistemático de suas realizações. Esta auxilia a comunidade de base a verificar até que ponto os seus objetivos fixados anteriormente estão sendo alcançados; se os problemas identificados estão sendo controlados e equacionados; e se as formas e procedimentos de trabalho estão sendo os mais adequados face aos objetivos e problemas.

A auto-avaliação comunitária como o nome expressa, deve ser realizada por toda a comunidade de base e especialmente pelo grupo comunitário, e pelo pessoal diretamente envolvido na atividade.

Para que o Grupo Comunitário possa fazer avaliação da atividade em desenvolvimento e das executadas, torna-se necessário que o trabalho seja

documentado, que haja registro de dados suficientes em todas as fases, para servir de base. A avaliação pode ser feita através de reuniões específicas para este fim, sondagem de opinião pública sobre projetos e atividades, elaboração de relatórios circunstanciados de todas as atividades, cada uma em particular. Algumas perguntas, quando respondidas constituem-se na própria avaliação da atividade:

- como foi feita a tarefa?
- podia ter sido feita uma maneira melhor?
- quantas pessoas foram diretamente atingidas?
- os objetivos específicos foram alcançados, que resultados podem ser observados?
- podia ter atingido um maior número de pessoas?
- podia ter alcançado melhores resultados?
- como se desincumbiu cada pessoa responsável pelas tarefas?
- podia ter um melhor desempenho das tarefas?
- quais foram as dificuldades encontradas?
- como foram as dificuldades superadas?

A avaliação atinge sua função na Ação Comunitária quando é realizada pelo próprio grupo que desenvolveu o projeto ou a atividade específica, o grupo comunitário tem a avaliar o programa como um todo. Algumas perguntas podem orientar essa avaliação:

- houve a participação dos moradores em geral nas programações?
- ocorreram modificações ou melhorias no próprio movimento comunitário ou associação de moradores?
- ocorreu mudanças ou melhoria na vida da população por causa das atividades comunitárias?
- houve implantação de novos serviços por causa das atividades comunitárias?

- esses recursos e serviços foram implantados em sistemas de auto-ajuda ou com o auxílio de entidades externas ao bairro?
- aumentou o número e a capacidade dos líderes da comunidade?

Na Ação Comunitária a avaliação pode acompanhar todo o processo, desde a fase inicial às demais fases. Algumas perguntas auxiliam a avaliação do processo de Ação Comunitária:

- há representatividade da população de seu bairro no Movimento ou Associação Comunitária?
- quais os tipos de recursos que são utilizados nos trabalhos comunitários?
- há condições favoráveis ou inibidoras ao processo de Ação Comunitária?
- qual é o conhecimento que a população tem de seus problemas e necessidades? Esse conhecimento foi aumentado por causa das atividades comunitárias?
- que grupo ou pessoas participam das decisões comunitárias? Esse número de pessoas ou grupo tem aumentado?
- qual é maneira que as decisões comunitárias são tomadas? Essa forma de tomar decisões tem sido melhorada?
- programa de Trabalho tem atacado os principais problemas e necessidades de seu bairro?
- tem havido planejamento para a realização dos projetos e atividades comunitárias?
- quem participa desse planejamento?
- tem aumentado o número de moradores que participam do planejamento das atividades comunitárias?
- qual o grau de motivação dos moradores de seu bairro para participar dos projetos e atividades comunitárias?
- há grupos de trabalhos, reuniões e manutenção de documentação atualizada?

- que papéis estão desempenhando os moradores em geral, a diretoria, o conselho fiscal, assembléia, os grupos de trabalho no processo de Ação Comunitária?
- que papéis estão desempenhando as entidades externas que auxiliam no programa?
- como cada grupo e o Grupo Comunitário como um todo está avaliando-se?

E) RESULTADOS

Os resultados de um Processo de Ação Comunitária são as conseqüências diretas ou indiretas do referido processo. Estão ligadas às expectativas, esperanças e objetivos explícitos da população envolvida e beneficiada pela Ação Comunitária. Podem ser diretos ou indiretos.

Por resultados diretos entende-se aqueles decorrentes da própria natureza dos projetos, inerentes a eles. São aqueles provocados pela influência direta e quase exclusiva dos projetos comunitários. Resultados indiretos ao contrário, são provocados também pelos projetos, mas não são por influência direta ou exclusiva, e são produzidos em áreas correlatas ou diferentes das dos projetos.

Para serem considerados resultados devem ser observáveis, isto é, verificáveis ou visíveis, Há, entretanto, mudanças significativas preconizadas pela Ação Comunitária que são difíceis de medir, ou observar. Algumas mudanças são intangíveis, além de demorar a manifestar-se, são quase impossíveis de serem observadas. Mesmo assim, o Grupo Comunitário para considerar essas transformações como resultados de Ação Comunitária, deve tentar verificá-las.

A Ação Comunitária supõe como vimos anteriormente, a fixação de objetivos próprios e específicos pela comunidade ou pelo grupo comunitário. Tais objetivos quando especificados de maneira o mais concreta possível e

observável, significa a previsão dos resultados desejados. Esses resultados ao serem previstos, especificados dentro dos projetos e atividades a serem executadas pela comunidade, significam que estão sendo programados.

A comunidade ou grupo comunitário ao se avaliar, o faz a partir dos resultados programados. Na auto-avaliação é verificado se os resultados programados estão sendo obtidos totalmente ou parcialmente no tempo e com o custo esperado. Verifica-se também o porquê dos resultados alcançados parcialmente ou não alcançados. É necessário também identificar os motivos que facilitam alcance pleno dos resultados previstos. Na auto-avaliação constata-se os resultados da Ação Comunitária que não foram programados ou especificados mediante objetivos. Esses resultados devem ser computados, bem como devem ser identificadas as razões de sua ocorrência.

Os resultados da Ação Comunitária podem ser verificados na vida da população e no próprio equipamento comunitário. Na Auto-Avaliação Comunitária verifica-se a evidência de resultados nos aspectos abaixo relacionados.

A adoção de um sistema de auto-avaliação pelo grupo comunitário leva a Unidade Local, o bairro, a melhor se desenvolver e a alcançar melhores resultados através de seu trabalho comunitário.

Como visto, a auto-avaliação atinge o Grupo Comunitário como um todo, os diversos grupos e comissões, e de maneira particular, as pessoas individualmente que estão envolvidas na Ação Comunitária. Constantemente cada pessoa pode perguntar a si mesma: “Como posso melhorar a minha atuação para conseqüentemente melhorar o meu grupo e a Ação Comunitária”. A Auto-Avaliação supõe um rever, um analisar e um refletir de cada membro individualmente, de cada grupo e de todo o Movimento Comunitário, sobre as

suas atitudes, ações e comportamentos, no sentido do seu desenvolvimento pessoal, grupal e da comunidade.

E. 1 - RESULTADOS NA VIDA DA POPULAÇÃO

Na vida da população podem ser observados os resultados da Ação Comunitária nas pessoas individualmente, nas famílias, nos demais grupos existentes, bem como na própria vida comunitária.

E.1.1. – Aspectos Familiar e Habitacional

- melhor relacionamento entre pais e filhos;
- melhor relacionamento vicinal;
- melhor organização familiar;
- desenvolvimento de atitudes em relação a um planejamento familiar;
- aumento do nível aspiracional em relação à melhoria de habitação e equipamento comunitário urbano;
- conscientização de um novo papel da mulher na sociedade industrial;
- melhor tratamento aos velhos; e;
- diminuição de menores abandonados.

E.1.2. – Aspectos de Saúde, Higiene e Alimentação

- melhoria de saúde em geral;
- diminuição da mortalidade infantil;
- diminuição das doenças transmissíveis e parasitárias;
- diminuição dos viciados em drogas e de alcoólatras;
- melhoria dos hábitos higiênicos pessoais e domésticos; e;
- melhoria dos hábitos alimentares.

E.1.3. – Aspectos Educacional, Cultural e Recreativo

- diminuição do número de pessoas analfabetas, principalmente na faixa etária a partir de 15 anos;
- elevação do nível de escolaridade;
- aumento de cultura geral;
- diminuição dos tabus, crenças e superstições que dificultam o progresso pessoal e comunitário;
- aumento da capacidade de comunicação falada e escrita;
- melhor utilização do tempo livre (cinema, teatro, arte em geral); e;
- diminuição da evasão escolar.

E.1.4. – Aspectos Econômicos:

- iniciação ou a formação profissional;
- diminuição de desemprego e subemprego;
- aumento da renda pessoal e familiar;
- maior participação no consumo de bens e serviços; e;
- aumento da capacidade de análise crítica do sistema econômico e sua interdependência com o sistema social.

E.1.5. – Aspectos de Participação Política e Relações Sociais e Comunitárias:

- aumento de pessoas no bairro que participam de partidos políticos;
- maior representatividade dos partidos no M.C.;
- maior conscientização da população para não permitir o uso e a manipulação do M.C. ou a A.M. pelos políticos
- aumento da capacidade de análise crítica da Administração Pública;

- conscientização quanto às causas dos desníveis entre as classes sociais do bairro;
- aumento do sentido de vizinhança e espírito comunitário;
- aumento na utilização de processos de auto-ajuda;
- maior participação dos moradores em associações;
- aumento de líderes atuantes na comunidade de base;
- aumento de habilidades na técnica de liderança comunitária;
- maior representatividade dos moradores no M.C. ou A.M.;
- maior participação dos moradores nas atividades comunitárias;
- aumento de conhecimentos específicos sobre Ação Comunitária; e;
- aumento de atitudes positivas com relação ao processo de Ação Comunitária, como meio de resolver os problemas locais.

E.2 – RESULTADOS NO EQUIPAMENTO COMUNITÁRIO URBANO

Os resultados da Ação Comunitária podem ser observados na fisionomia da comunidade, quando há projetos de instalação ou melhoria do equipamento necessário para o bem estar da população. Podem ser observados quantitativamente e qualitativamente em três aspectos: infra-estrutura física, infra-estrutura social e equipamento de comércio e indústria.

E.2.1. – Infra- estrutura Física

- melhoria nos aspectos gerais das ruas e estradas;
- mais limpeza pública, incluindo a organização de recolhimento sistemático de lixo de casas e tratamento mais adequado do mesmo;
- instalação e expansão de redes de esgoto e fossa pública e doméstica;
- instalação e expansão de rede telefônica, principalmente telefone público;
- expansão e regularidade de linha de ônibus;

- instalação de rede de água pública;
- ligações da rede de água nas casas ou instalação de chafariz;
- instalação de áreas recreativas.

E.2.2. – Infra- Estrutura Social:

- instalação de escolas de 1º grau e expansão no nº de vagas de acordo com as necessidades da população escolar;
- expansão do nº de professores e administradores;
- instalação e expansão de postos de saúde, ambulatórios médicos, de dentistas e melhoria do funcionamento dos mesmos;
- instalação e melhoria de igrejas e de outras entidades religiosas de acordo com a preferência religiosa local;
- instalação e melhoria de associações cívicas, tais como: clubes esportivos, sociais, religiosos, filantrópicos e outros;
- instalação e melhoria de entidades sociais e serviços, tais como: delegacia de polícia, posto policial, centro social, SESI, LBA, FESBEM, cartório; e;
- instalação ou melhoria da Sede do Movimento Comunitário ou Associação dos moradores.

E.2.3.- Equipamento de Comércio e Indústria Local

- instalação ou melhoria de atividades comerciais e de pequenas indústrias, tais como: cooperativas de consumo, oficinas artesanais, carpintarias, fábrica de telhas, ladrilhos e outras do gênero, considerando a vocação da área;
- aumento da produção dos existentes;
- instalação e melhoria dos serviços sociais prestados pelos mesmos; e;
- aumento da influência econômica e política dos mesmos no Estado e na região.